Moradia econômica: novas pressões sobre o CREA e a proposta dos gaúchos



regulamentos concedendo isenção de responsabilidade técnica para construções de pequeno porte (as chamadas "moradias econômicas"). Mais recentemente, os CREAs de diversos Estados têm sofrido pressões para ampliar as faixas de isenção. E o argumento usado é o mesmo que provocou a aceitação dos regulamentos hoje em vigor: "facilitar" a fiscalização dos CREAs e, também, "livrar" as camadas menos favorecidas da população da assistência técnica da arquitetura e da engenharia para construir suas habitações.

O problema foi levado pelo Rio Grande do Sul à reunião do Cosu e três documentos do Sindicato dos

Arquitetos no RS sobre a questão foram discutidos numa das comis-sões. Como o IAB-RS e o Sindicato estão elaborando uma tese para o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos sobre o tema, o Cosu decidiu recomendar a todos os departamentos que analisem os documentos apresentados em Goiânia e enviem subsídios para a preparação da tese. Ela será o resultado de um longo processo de intervenção dos arquitetos gaúchos, iniciado nos primei-ros meses de 1975, quando um pro-cesso propondo o aumento da faixa de isenção de responsabilidade téc nica deu entrada no CREA da 8.ª Região. A Câmara de Arquitetos deu parecer favorável à alteração, mas acabou voltando atrás no mês de setembro, em virtude dos argumentos apresentados pelo arquiteto Clovis Ilgenfritz da Silva, presidente do Sindicato dos Arquitetos e seu repre-

sentante no CREA. Ilgenfritz colocou perante a Câmara que a lei 5.194, de 1966, que regulamenta o exercício profissional do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrônomo, é uma conquista conseguida pelas entidades de classe após longos anos de luta para modificar a lei existente desde 1933. E que a isenção é uma forma de restringir a participação dos profissionais de engenharia e arquitetura na área da construção. Por outro lado, a simples isenção de responsável técnico para obra de pequeno porte não resolve o problema da chamada "moradia



econômica", ou melhor, de seu usuário. Ao contrário, ele fica nas mãos de leigos, atravessadores e exploradores imobiliários.

Solução

Diante desse quadro, o arquiteto Ilgenfritz afirmou que os profissionais não deveriam ceder às pressões e alertar as autoridades governa-mentais para a gravidade do problema, indicando que as verdadeiras causas geradoras dos atos de "isenção" não podem ser solucionadas com paleativos e soluções "paterna-listas". Para ele, a questão da "mo-radia econômica" deveria ser solucionada, a nível governamental, atra-vés da previdência social, como já

uma nova linha divisória em aquecimento de água

Morganti apresenta uma nova concepção em caldeira geradora de água quente: Equátor. Avançado desenho industrial. Surpreendente pelas suas dimensões reduzidas e alta eficiência. Novo sistema aquotubular e a mais avançada tecno-logia de aproveitamento de calor. Mais econômica. Funcionamento automático. Alimentação a gás GLP ou encanado. Segura, silenciosa e não-poluente. Produzida em chapa de aço e em 6 capacidades diferentes.

Equátor, a especificação ideal em:

aquecimento central de água para calefação de ambientes ou consumo residencial em casas e edificios de apar-

e aquecimento central de água para ca-lefação ou consumo coletivo em hospi-tais, clubes, hotéis, etc. • indústrias, como fonte geradora de calor para diversas aplicações, como decapagem, galvanoplastia, etc.



TIPO	POTENCIA KCAL/H.	VAZ. DE	GAS			CANALIZAÇÃ	
	NOMINAL		Кр/Н	45 Kg	m1/H	GLP	ENCAN.
ET-10				1+1			
ET-20		400			6.10		
				4+4	9,15		1.1/2
	40.000		4,60				
ET-50							
ET-60	60.000					3/4"	

A					DIMENSÕES-mm.								
				E	F	G	Н		Kg				
	575					515	425						
		1165											
		450 575 550 675 550 675 630 755 630 755	450 575 910 550 675 1110 550 675 1110 630 755 1165 630 755 1165	450 576 910 730 650 675 1110 940 550 675 1110 940 630 755 1165 1000 630 755 1165 1000	450 575 810 730 100 650 675 1110 940 180 550 675 1110 940 180 630 755 1165 1000 200 630 755 1165 1000 200 630 755 1165 1000 200	450 575 9 10 730 100 390 650 675 1110 940 180 490 550 675 1110 940 180 490 630 755 1165 1000 200 540 630 755 1165 1000 200 540	450 575 910 730 100 390 515 550 675 1110 940 180 490 615 550 675 1110 940 180 490 615 630 755 1165 1000 200 540 665 630 755 1165 1000 200 540 665	450 575 910 730 100 390 515 425 650 675 1110 940 180 490 615 625 550 675 1110 940 180 490 615 625 630 755 1165 1000 200 540 665 675 630 755 1165 1000 200 540 665 675	450 575 910 730 100 390 515 425 160 450 575 910 730 100 390 515 425 160 650 675 1110 940 180 490 615 625 160 630 775 1160 940 180 490 615 625 160 630 775 1165 1000 200 540 665 675 160 630 755 1165 1000 200 540 665 675 160 630 755 1165 1000 200 540 665 675 160 650 755 166 675 160 680 755 1165 1000 200 540 665 675 160 650 755 1165 1000 200 650 755 1100 650 750 750 750 750 750 750 750 750 750 7				







Vendas - Porto Alegre: Rua Cabral, 866 - Fone 31-0854 Rua Voluntários da Pátria, 900 - Fone: 24-6577 Rio de Janeiro: Rua Santa Clara, 50 - Sala 620 - Fone 235-3688

São Paulo: Rua Luiz Góes, 1504 - Fones 276-3330, 276-3811 e 276-3514

acontece hoje com relação à saúde. Assim, a assistência técnica para a habitação seria colocada no mesmo nível da asistência médica, jurídica

e social.

As posições defendidas por ligenfritz foram referendadas, em novembro do ano passado, pela IV Reunião de Câmaras de Arquitetos, realizada em Vitória (ES). E, nos trêsprimeiros meses deste ano, em sucessivas reuniões, o plenário do CREA da 8.ª Região aprovou a decisão de não aumentar a faixa de isenção de responsabilidade técnica. Para isso, foi importante a participação dos representantes do SAERGS, do IAB-RS e da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Tanto o Sindicato como o IAB basearam suas intervenções nos argumentos da Comissão de Legislação Profissional do SAERGS, coordenada pelo arquiteto Newton Burmeister.

a Comissão afirma que "o problema da falta de assistência técnica por profissional de formação universitária às populações economicamente menos favorecidas, em nosso país, tem sido, há muitos anos, motivo de preocupação dos arquitetos brasileide classe como por intermédio dos profissionais que se encontram, via de regra, impossibilitados de viabilizar a prestação de seus serviços a esta enorme parcela da população. Para ela, as razões fundamentais desse fenômeno encontram-se na própria organização sócio-econô-mica de nossa sociedade: sua causa principal está na falta de poder aquisitivo da grande massa de trabalhadores, além dos problemas político-culturais dal decorrentes. E afirma: 'a solução para esse problema foge, óbvio, aos limites da arquitetura em si, envolvendo responsabilidades de todas as forças produtivas do

Apesar de constatar esse fato, a Comissão acredita que os órgãos de classe dos arquitetos deve buscar soluções para o problema da "moradia econômica". É o que o Sindicato dos Arquitetos e o IAB do Rio Grande do Sul estão procurando fazer, discutindo sua tese para o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos. Como a questão é da maior importância para a categoria, todos os departamentos devem adotar a recomendação do Cosu e enviar subsidios para os gaúchos.

Mais apoio

A tese a ser defendida pelo Rio Grande do Sul ganhou nova força no final do mês de julho, quando foi aprovada por unanimidade pelo Congresso dos CREAs e Confea (Conselhos Regionais e Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), realizado em Brasilia. O documento apresentado pelo CREA da 8.ª Região, propõe um programa federal de assistência técnica gratuita às construções de tipo residencial para populações de baixo poder aquisitivo. Ele seria organizado e implantado na área da Previdência

Social com o credenciamento de profissionais remunerados à semelhança do que ocorre com as Unidades de Serviço (US) do INPS. Esses gastos seriam cobertos por recursos repassados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do BNH. De acordo com o documento, a instituição desse tipo de programa beneficiaria aos diversos setores: Usuário: recebimento de um serviço técnico que implica na melhor qualidade e maior economia da construção; oportunidade de redução de custos através da viabilidade de Cooperativas de Consumo de mate-

lidade e maior economia da construção; oportunidade de redução de custos através da viabilidade de Cooperativas de Consumo de materiais; oportunidade de acesso, através dos profissionais, aos programas de financiamento; possibilidade de elevação do nível sócio-cultural no trato com os profissionais dos problemas da habitação.

Governo: atingir uma camada da população que está à margem dos planos habitacionais; melhoria dos níveis de cadastro urbano, controle e fiscalização das construções; redução dos custos indiretos e diretos na implantação de política de uso do solo e desenvolvimento urbano; oportunidade de realização de pesquisas e inquéritos que permitam uma análise do problema para fins de tipologia habitacional e urbana; possibilidade de realização de programa de racionalização do uso de materiais e métodos construtivos.

Profissional: ampliação do mercado de trabalho com possibilidades de

Profissional: ampliação do mercado de trabalho com possibilidades de acesso direto a ele dos jovens profissionais; oportunidade real do pleno exercício de sua função social; conhecimento mais amplo e direto da realidade habitacional do país, de modo a possibilitar uma contribuição mais efetiva.

CREAs: possibilidade de cumprir efetivamente seus objetivos no que diz respeito à promoção do exercício das profissões; combate, no seu nascedouro, do exercício ilegal da profissão e do acobertamento; maior eficiência dos serviços de fiscalização.

A mesma comissão que se reuniu

Protesto contra a 447

em Goiânia para analisar o problema da "moradia econômica" também examinou uma decisão recente (n.º 447/75) do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). Ela propõe atribuições de projeto arquitetônico a engenheiro, sem que tenha cursado as disciplinas curriculares necessárias a tais atribuições; e determina aos Conselhos Regionais que estendam a medida aos demais engenheiros. Diante disso, a comissão propôs e o Cosu aprovou uma nota de protesto ao Confea, considerando sua decisão como lesiva ao exercício profissional dos arquitetos e um recuo nas conquistas até agora obtidas pelos CREAs e entidades de classe na definição da legislação que regulamenta o exercício profissional. Além da nota, decidiu sugerir que os IABs, Escolas e Sindicatos tomem providência para corrigir as distorcões originadas no Confea.



Não se limite às esquadrias convencionais. Use a liberdade do sistema Technal.

Adotando o sistema Technal, você se sente muito mais livre para abrir vãos e aberturas conforme desejar.

Technal não limita a criação porque é um sistema universal de construção, baseado em perfis de alumínio, que exige uma quantidade mínima de perfis polivalentes e alguns poucos acessórios.

A montagem é rápida e o resultado, seguro.

Você pode projetar gradis, fachadas, portas, janelas dos mais variados tipos, divisórias, vitrinas e móveis, pensando na beleza e deixando de lado as limitações impostas pelas esquadrias comuns.

Além do mais, o sistema Technal atende a normas internacionais de segurança. Os perfis são tratados com anodização de 15/20 microns e os acessórios são de

alumínio anodizado ou aco inoxidável.

Technal, mais que um produto, é uma solução nova, sempre mais vantajosa quando especificada logo no início do projeto e não como substitutivo de outros perfis.

Assim, você obterá de Technal todas as vantagens que ele oferece.

TECHNAL SISTEMAS PARA CONSTRUÇÃO

ARCHITECTURAL ALUMINIUM SYSTEMS Rua Itápolis, 523 A - Tel. 256-5184 - SÃO PAULO - SP

A Technal está no stand 95, no 9º Congresso Brasileiro de Arquitetos.